



*“Não sei se sou chave ou
cadeado...”*: (pós-)memórias,
educação e alfabetização na Guiné-
-Bissau. Uma conversa com Mário
Cabral e Pansau Cabral

Mélanie Toulhoat

Práticas da História, n.º 17 (2023): 219-231

www.praticasdahistoria.pt

**“*Não sei se sou chave ou cadeado...*”:
(pós-)memórias, educação e
alfabetização na Guiné-Bissau.
Uma conversa com Mário Cabral e
Pansau Cabral**

por Mélanie Toulhoat*

Embora sua trajetória seja pouco estudada, Mário Cabral, antigo militante e dirigente do Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), é uma das figuras centrais do período da luta de libertação e do pós-independência na Guiné-Bissau. Filho de um funcionário colonial que já dava grande importância à educação, nesta entrevista conta o seu percurso de vida e a sua carreira, desde a infância até aos altos cargos que ocupou após a independência do seu país, passando pelos estudos em Portugal, a militância na clandestinidade e os períodos que passou entre Conacri e Madina do Boé. A entrevista com o antigo comissário para a Educação e a Cultura revela a trajetória individual de um homem para quem a educação tinha de ser parte integrante da luta pela independência formal e concreta, mas também indica a importância da pós-memória na reconstituição da história da

* Mélanie Toulhoat (melanie.toulhoat.2020@gmail.com). Instituto de História Contemporânea, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa / IN2PAST — Laboratório Associado para a Investigação e Inovação em Património, Artes, Sustentabilidade e Território, Av. Berna, 26 C 1069-061, Lisboa, Portugal.

década de 1970. Pansau Cabral, o filho de Mário, participa na conversa, juntando os fios de lembranças por vezes intactas, por vezes danificadas pelos anos. Resultou numa fonte histórica de primeira ordem sobre a trajetória de um homem guineense, militante e dirigente do PAIGC, cujas convicções e ações visaram transformar o panorama educativo do seu país.

Nascido em 1940 na então Guiné portuguesa, Mário Cabral passou a sua infância entre Bissau, Bafatá e Gabu, acompanhando as deslocamentos do seu pai, funcionário colonial. Estudou agronomia em Lisboa, antes de ir clandestinamente para Conacri, via Paris, e foi uma figura importante da luta anticolonial conduzida pelo Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC). Após a proclamação unilateral da independência da Guiné-Bissau em 1973, ocupou os cargos de comissário do Controlo Económico e Financeiro (1973-1975), comissário de Educação e Cultura (1975-1978) e comissário do Desenvolvimento Rural (1978-1980). Organizou e coordenou numerosos projetos de alfabetização e de educação popular rural durante a segunda metade dos anos 1970. Alguns dias antes de uma nova partida para investigar em Bissau, em janeiro de 2023, encontrei-me com Mário Cabral e o seu filho Pansau, que facilitou o contacto. Durante a conversa que teve lugar na Tasquinha dos Ramos, em Corroios, Pansau teceu os fios das histórias do pai, cuja memória, ora infalível, ora nebulosa, era um dos objetos do nosso encontro. Mesmo que falte ao texto o cheiro do café que emana das torrefações e os sons de um bar agitado num bairro suburbano, trata-se de uma deambulação, por vezes não linear, pelas lembranças individuais e pelas (pós-)memórias familiares. Algumas notas de rodapé foram inseridas para proporcionar informações adicionais, permitindo contextualizar os elementos relatados.

Mélanie Toulhoat (MT): Obrigado por ter aceitado encontrar-se comigo. O senhor parece-me ser uma figura-chave para compreender a história da educação emancipatória na Guiné-Bissau.

Mário Cabral (MC): Não sei se sou chave ou cadeado... As coisas estão um bocado fechadas. No intercâmbio posso ir recordando, eventualmente, e imagino que pode ter-se preparado muito bem para a entrevista e que vamos ter uma boa conversa!

MT: Assim espero. Gostaria de saber se se pode apresentar, contar um pouco da sua formação, do seu percurso, da sua família.

MC: Tenho um nome colonial: Mário Leopoldo Carlos Rebelo Cabral. Filho de Abel Carlos Rebelo Cabral, que foi um funcionário colonial. Num passado longínquo, ele esteve aqui em Portugal, a estudar e a trabalhar, portanto, era parte daquela pequena burguesia a nascer que tinha algum estudo. Quando o sistema colonial se instalou mais presencialmente na Guiné, ele foi funcionário dos Correios. Estudou aqui em Portugal, não avançou muito nos estudos, mas pronto. Falava muito bem o português, teve alguns problemas de relações com seus colegas justamente porque tinha uma cultura e uma formação, que seus colegas não tinham. Seus chefes eram gente com uma formação muito modesta. Ele, como tinha uma atitude muito rigorosa e exigente, nem sempre se deu bem com eles. Na altura, antes de existir o liceu na Guiné,¹ você vinha com o que trazia da escola. Essas pessoas que tinham estudado fora podiam desempenhar funções.

MT: Esse percurso profissional do seu pai teve influência na sua própria formação escolar?

¹ Em abril de 1950 foi criado o Colégio-Liceu de Bissau, que em 1975 foi renomeado Liceu Nacional Kwame N'Krumah.

MC: Sim, embora tivesse sido funcionário dos Correios, ele estava solicitado para fazer missões e trabalhar onde fosse necessário. E como era um indivíduo muito exigente, os chefes não o queriam perto. Num primeiro momento, eu estava com uma professora que nos dava aulas, a mim e meus irmãos, e à juventude daquele tempo. Rapidamente, transferiram meu pai para Bafatá, a segunda capital. E depois, para Gabu, capital da região de Gabu. Naqueles tempos, havia lá uns chefes tradicionais. Um se chamava Alarba Embaló, era um homem muito espartilhado e que fez muita amizade com meu pai. Isso nos anos 50... Pouco a pouco, a sociedade foi-se mudando e os portugueses, quer dizer, tinha os que queriam dominar, digamos, suas colónias e as repartições. Meu grande amigo, na época, chamava-se Filinto Barros. Um distinto cidadão. O pai do Filinto era um chefe, mas tinha uma formação académica muito baixa. E então havia aquelas disputas, aquelas invejas, não queriam que meu pai avançasse porque corria o risco de preferirem o Abel Cabral ao João José de Barros, o pai do Filinto [*risos*]. Tem piada que o Filinto foi um grande amigo meu e as pessoas não entendiam como que filhos de dois rivais se davam tão bem. Enfim, assim fomos transferidos primeiro para Bafatá, que era mais perto, e depois para Gabu. A viagem para Gabu foi uma viagem épica: os caminhões eram velhos, não muito bem cuidados. Minha irmã Ermelinda, que ainda é viva, já muito velhinha e doente, foi para terceira classe e eu também. Eu era mais novo, mas aprendia mais rápido. Em Bafatá, que era a segunda cidade da Guiné, tinha uma administração primária... era uma zona dos Fulas, etnias muito islamizadas² e um bocado avançadas, tinham o seu sistema de régulo, que comandava tudo que não fosse oficial. Não tinham escolas no sentido “clássico”, mas tinham uma grande cultura.

MT: O senhor frequentou a escola colonial até que nível?

MC: Lá na escola era até à quarta classe. Depois, quanto tinha percorrido os níveis primários, aí que fui para Gabu e aí se podia fazer até à quinta classe.

² Na região de Gabu, no Leste, quase 80% da população pratica a religião muçulmana.

MT: E depois de Gabu?

MC: Depois disso, meu pai considerou que... o sistema não apresentava muitas garantias de ensino, então fez-nos ir para Bissau, onde fomos morar na casa de uma tia minha, Constantina, e lá fizemos a escola missionária, a Escola-Sede das Missões Católicas. Fui progredindo. Nossa tia era muito dedicada e cuidava de nós. Foi ela que decidiu nos pôr na escola missionária porque ela achava que lá se ensinava melhor. E lá estivemos até fazermos a admissão aos liceus, e depois o liceu. Na altura, eu me lembro que o nome era António José de Sousa.³

Pansau Cabral (PC): Pai, acho que estás a misturar um pouco... A Escola António José de Sousa era a escola primária, em Bissau. Ainda existe. Fica perto da praça Che Guevara. O liceu, na altura, chamava-se Liceu Honório Barreto, havia só um liceu em Bissau.

MC: Foi nós que pusemos o nome.

PC: Vocês puseram o nome Kwame N’Krumah depois da independência. Meu pai nasceu em 1940. Portanto, fez o Liceu em Bissau, ainda era Honório Barreto. Depois, veio estudar para Portugal. Acho que nos anos 60, no início da guerra. Fez cá o curso de engenheiro agrónomo

MC: Na Tapada da Ajuda, no Instituto Superior de Agronomia. Para ser engenheiro era preciso estudar cinco anos. Na altura, frequentei a Casa dos Estudantes do Império, muito irregularmente. Portanto, vai ver... fiz o liceu todo em Bissau e quando cheguei ao fim dos estudos secundários ganhei uma bolsa de estudos e vim para Portugal. Agora estou a falar como se Bissau, não, como se Lisboa fosse longe, “lá” [*risos*]. Tive colegas como Luís Cândido Lopes Ribeiro, também está por

³ A Escola-Sede das Missões Católicas foi a primeira escola a ter uma nova denominação depois da Independência e passou a ser chamada Escola Professor António José de Sousa.

aí velhinho igual a mim [*risos*]. A minha esposa, Beatriz Lopes Cabral, que também é guineense, foi minha colega, casámo-nos nos anos 70 e continuamos, se Deus quiser, até o outro mundo para ver o que há lá. Todos os nossos colegas estavam ali, no Instituto de Agronomia: a Marília de Sousa Boal e... e quem? Agora não me consigo lembrar.

PC: Marco Fernandes.

MC: O Marco Fragoso Fernandes, alentejano, filho de um proprietário, latifundiário. Eu era um estudante médio, não era dos melhores, mas também estava longe de ser dos piores [*risos*]. Agora me lembro do Marco, ele ficou realmente um grande amigo meu. Também tinha o Luís Francisco Silva, de Évora, esse nunca mais o consegui encontrar. O afastamento no terreno fez que nós perdêssemos aquela proximidade.

MT: Enquanto estudava aqui em Lisboa, os olhos do senhor estavam postos na Guiné?

MC: Sim, era o único destino que se tinha, para quem era nacionalista. No Instituto de Agronomia, quando estava a estudar, já era revolucionário e, por conseguinte, estudava, mas encobria-me daquelas descobertas que se podiam fazer da nossa pertença ideológica. Estava por coincidir com a guerra colonial, acabei por pertencer à clandestinidade. Aí já os meus companheiros nem sempre eram estudantes universitários.

MT: Nos acervos do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa, em Bissau, existem algumas fotografias suas do período da guerra, no tempo das brigadas de educação, de volta à Guiné. Como é que chegou a esse percurso?

MC: O nosso problema sempre foi o desenvolvimento educativo. Como nós não tivemos ensino como Angola ou mesmo Cabo Verde tiveram,

nós procurámos criar instituições escolares e avançar. Sempre com o pensamento na independência que queríamos conquistar. Eu sou militante do PAIGC há meio século [*risos*]. Lá no Instituto de Agronomia não tinha um ambiente muito favorável, mas pronto, fazíamos o necessário para evitar de ser descobertos. Passados uns anos de luta, criámos umas estruturas mais permanentes, e tivemos como colegas nesta tarefa alguns de nossos concidadãos. O Gui, por exemplo, Hugo Henrique Galvão dos Reis Borges, foi um desses distintos militantes.

MT: Como é que viam a educação nessa altura?

MC: Era um sistema possível de ascensão social. Nós formámos como engenheiros, como médicos, como, sei lá, juristas. Era nosso ascensor para subir na sociedade.

PC: Acho que tem uma parte que está a faltar: estavam a estudar aqui em Lisboa, e depois foram para Conacri. De Lisboa foram primeiro para Paris, não podiam sair daqui diretamente para Conacri porque era perigoso, e de Paris para Conacri.

MC: Sim. Estivemos cá a trabalhar, mas estávamos agindo na clandestinidade, tinha solicitação da direção do PAIGC e queríamos fugir do controlo da PIDE, que era uma organização terrível. Decidimos, eu e a Beatriz, depois de casarmos, ir para Conacri, passando por Paris. Quer dizer, “passando”... [*risos*]. Naquela altura, as pessoas compravam os bilhetes para viajar, encontravam-se todas lá na estação, acho que era Alcântara. Eramos arregimentados...

PC: Foram para Paris de comboio.

MC: Uma bela viagem! Muitos portugueses também fizeram essa viagem, assim, porque não tinham patacão e o avião era raro. Quando

estivemos em Paris, entrámos em contacto com a organização clandestina, deram-nos um endereço e o contacto era o Carlos Reis, na clandestinidade desde os anos 1960. Aquilo foi um drama porque chegámos a Paris, não conhecíamos nada de França, e tínhamos um endereço em que não estava lá ninguém. Passámos dois ou três dias para descobrir de facto onde estavam os responsáveis. Portanto, o Carlos Reis, que depois participou da fundação do PAICV⁴ em 1981, tinha uma esposa que trabalhava num restaurante e acabámos por descobrir, passados, sei lá, três dias. Neste contexto, uma pessoa não podia perguntar diretamente. Acabámos por descobrir Elizabeth Reis, que tinha a função de receber as pessoas e encaminhar elas para Conacri. Conseguimos encontrar tão depressa que as pessoas perguntavam: “Mas como é que vocês conseguiram?” Claro que, para nós, foi uma eternidade. Mas foi depressa. Porque normalmente ficavas aí, a girar de um lugar para outro, tinhas de arranjar um emprego... Encontrámos rapidamente e isso foi comentado. Sempre aquela rivalidade também, os comentários do tipo “os guineenses podem sair logo, e nós cabo-verdianos...”.

MT: E conseguiram viajar então?

MC: Sim. Portanto, fomos para Conacri e minha esposa ficou lá, como professora na Escola-Piloto. Não me lembro quando fomos, o ano que fomos.

PC: Acho que 1972. Vocês casaram em 1970, certo?

MC: Sim, mas quando casámos já estávamos a trabalhar para a clandestinidade.

PC: Casaram em 1970 e depois foram para França, dizendo que era para lua de mel. Depois disso é que continuaram para Conacri, portanto, em 1972.

⁴ Em janeiro de 1981, a secção cabo-verdiana do PAIGC tornou-se o Partido Africano da Independência de Cabo Verde.

MC: Sim. E lá então, todos nós que tínhamos um nível cultural, enquanto estávamos à espera, fomos captados pela Escola-Piloto que não tinha um corpo professoral muito numeroso. Eu fiquei na Escola-Piloto mais ou menos três meses. Depois eu fui para Madina do Boé e a Beatriz ficou na Escola-Piloto. Entretanto formou-se o Estado. Isso era o início dos anos 70. Com o advento da independência, precisava-se de muitos quadros. Eu lembro-me de uma conversa que eu tive com Amílcar Cabral, uma pessoa muito simpática e aberta, que conversava comigo e um dia me perguntou: “O que é que queres fazer?” Eu disse: “Ah, eu quero lutar para a independência.” “Mas lutar como? Tu és um intelectual, pá! Portanto tens de cumprir funções de intelectual!” Eu disse: “Mas eu quero ir para guerra.” Depois escolheram-me para ir na Escola de Dubréka, que era um centro de formação militar. Quando à tarde fui dar a notícia, todo entusiasmado, ao Amílcar Cabral, ele disse: “Não, não, não, tu não vais para a escola militar! Tu tens uma formação, tu és um intelectual, tu tens de fazer parte do grupo que vai organizar a administração do país.” Fiquei muito dececionado, eu queria ir para a guerra, pá! Mandaram-me novamente para Madina do Boé, onde se fazia a formação dos militares e dos intelectuais. Eu fiquei lá como professor e depois membro da direção do CIPM, o Centro de Instrução Política e Militar.⁵

PC: Madina do Boé, nessa altura, já era uma zona libertada.

MT: Quais foram as suas tarefas no CIPM?

MC: Comandava a organização: à medida que vinham quadros qualificados, eu ia pondo nas responsabilidades. Estive pouco tempo, já estava o advento da independência e queriam ter gente para preencher os lugares que iam aparecer. Quando se formou o governo, em setembro de 1973, fui nomeado subcomissário, como se fosse secretário de Esta-

⁵ O CIPM foi criado pelo PAIGC em Madina do Boé em 1966, juntamente com o Centro de Reciclagem e Aperfeiçoamento de Professores.

do, do controlo económico e financeiro. Eu me lembro de uma conversa que tive com Fidélis Cabral d'Almada, um dos ministros e dirigentes, membro do bureau político. Eu tinha uma responsabilidade que ele achava que eu não podia exercer, porque eu não era dirigente do partido. Disse: "A mim, tu não vais controlar nunca! A caixa da Justiça é uma caixa independente." Mas pronto, fiquei já na altura no governo, demoradamente, ia mudando de responsabilidade no governo.

MT: E depois passou na Educação?

MC: Sim, quando se formou o governo já com mais estrutura, me mandaram para a Educação. Fiquei quase quatro anos. Achavam que tinha pouca gente com habilitações literárias e jogo de cintura [*risos*]. Fui ascendendo lentamente na hierarquia do Partido.

MT: O senhor lembra do trabalho realizado nos CEPI com Roland Colin, naquela altura?

MC: Sim, eu me lembro dele. Já não tenho a imagem muito nítida, mas era um grande investigador, com uma base muito boa. Ele foi daquelas pessoas que me entrevistaram com mais qualidade. Compreendia o processo. Não me lembro se ele teve contactos com Paulo Freire.

MT: Eu acho que sim, Colin e Freire tinham projetos diferentes, mas os dois se conheciam. Roland chamou o Freire em Paris para umas palestras antes de ir para a Guiné. Roland primeiro trabalhou com Mamadou Dia, no Senegal, e depois foi recomendado ao Luís Cabral, e acabou trabalhando com o senhor.

MC: A experiência do Paulo Freire no domínio da alfabetização de adultos também teve uma influência marcante na Guiné-Bissau. A educação popular e a alfabetização ganharam uns contornos e um prestígio

que até o presidente Luís Cabral e o primeiro-ministro Tchico Té reconheceram: tínhamos um trabalho educativo muito assentado.

MT: A convicção da importância da educação, destacada inúmeras vezes pelo próprio Amílcar Cabral, ainda era unânime depois da independência?

MC: Sim. Alguns tentavam criar um certo distanciamento, porque sempre há por trás a luta política. Se tu tens prestígio, se as tuas atividades estão a progredir de forma acelerada, tentam passar-te rasteiras para não os ultrapassares. Mas, pronto, trabalhámos muito. Trabalhei com uma pessoa que foi uma grande auxiliar, e depois passou a ser minha chefe [*risos*]: Dulce Borges. Tive minha fase no Ministério da Educação, mas depois sempre era escolhido para encabeçar algum projeto, que não estava necessariamente na linha da educação.

MT: Que outras pessoas eram responsáveis pelos trabalhos de alfabetização?

MC: Nós tivemos uma responsável que era de Cabo Verde, Edna Pereira, e quem esteve também muito tempo na educação mesmo foi a Augusta Henriques.

MT: Entrevistei-a em Bissau, a conversa foi extremamente interessante. Como era construído esse trabalho coletivo, em torno dos métodos do Paulo Freire?

MC: Paulo Freire era um grande chefe, com uma boa formação, com uma capacidade de diálogo, ele sabia fazer interagir as pessoas. Um distinto dirigente da área da Educação. Fomos criando atividades não diretamente ligadas à educação, mas tendo ligações sempre. Porque a educação é algo amplo, é o guarda-chuva para cobrir tudo. E ele vinha normalmente com alguns colaboradores, como o Cláudio.

MT: Claudius Ceccon, o cartoonista brasileiro?

MC: Sim! Ele trabalhou muito com a gente. Tinha... a Beatriz é que tem melhor memória do que eu [*risos*].

MT: Trabalharam juntos com a senhora Beatriz depois da independência?

MC: Sim. Ela estava mais ligada ao ensino básico, a alfabetização era mais a Augusta. Mas era uma grande equipa que se entreajudava. É uma grande pena porque, na sociedade, a educação tem uma importância incontestável, mas para ganhar galões não serve tanto [*risos*]. Eu me afirmava, fazia as coisas com amor e determinação, as pessoas pensavam que eu estava à procura de couro, mas não era isso. Eu era dirigente nacional, queria que o país fosse para a frente, independentemente dos louros que eu podia ganhar. [*Silêncio*] Já me perdi... Ah, Paulo Freire! Era uma grande pessoa.

MT: Depois de ter percorrido sua trajetória, queria saber como o senhor analisa o final destes projetos educativos. Como acabaram? Com o golpe de 1980? Com o Programa de Ajustamento Estrutural⁶ de 1986?

MC: As coisas continuaram e ainda continuam com gente como Augusta Henriques, que depois se associou a outra estrutura. Mas ao nível da educação acabou por ficar um bocado esquecido. Muitas pessoas não tinham interesse em trabalhar como professores, porque a educação deveria ser para todos, então dificilmente uma pessoa se promove.

PC: A pessoa se promove, mas demora mais tempo [*risos*].

⁶ Em 1986, o Programa de Ajustamento Estrutural (PAE) permitiu a liberação das atividades produtivas e o fim do monopólio do Estado nas atividades comerciais, com o apoio do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional.

MT: Nos relatos de muitas pessoas que entrevistei, o entusiasmo do período da independência e do pós-independência junta-se a uma certa tristeza. Como se fosse a história de um país que poderia ter sido, mas que nunca chegou a ser.

PC: A Guiné não é uma ilha, faz parte do mundo. O período da independência era a infância. Agora, é a idade adulta.

MC: É uma grande pena, porque nós podíamos ter avançado...

Referência para citação:

Toulhoat, Mélanie. “‘Não sei se sou chave ou cadeado...’: (pós-)memórias, educação e alfabetização na Guiné-Bissau. Uma conversa com Mário Cabral e Pansau Cabral”. *Práticas da História, Journal on Theory, Historiography and Uses of the Past*, n.º 17 (2023): 219-231. <https://doi.org/10.48487/pdh.2023.n17.33191>.